

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Chico Alencar: proposta define limites

Psol e Rede querem código de conduta para STF

Na saideira de 2025, o deputado Chico Alencar (Psol-RJ), com o apoio de outros parlamentares do partido e da Rede, apresentou projeto que deverá animar a retomada dos trabalhos do Congresso em fevereiro, o que cria um Código de Conduta para ministros do Supremo Tribunal Federal.

Segundo ele, a proposta foi inspirada em regras existentes em outros países, como a Alemanha. A elaboração do texto contou com a colaboração do advogado e professor de direito Lenio Streck.

O projeto estabelece normas para remuneração de ministros em atividades privadas e define casos em que eles não podem atuar em determinados processos.

Parentes e suspeição

Um dos 24 artigos da proposta determina que um ministro será considerado suspeito de julgar casos em que figurar como parte cliente de escritório de cônjuge, companheiro ou parente até o segundo. Isso, mesmo se tal escritório não atuar diretamente no processo em tramitação no STF. A suspeição do ministro será declarada também em casos de amizade ou inimizade com parte ou com seus advogados.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Alexandre de Moraes teria pressionado BC pelo Master

Decisão será de colegiado

No mesmo capítulo, o projeto considera suspeito de atuar em um caso o ministro que tiver participado de eventos, palestras ou atividades que envolvam “interesse financeiro substancial” no resultado do julgamento. Pela proposta, toda arguição de impedimento ou suspeição deverá ser “enfrentada pelo tribunal de forma colegiada e fundamentada”.

A decisão de rejeitar o impedimento não poderá ser tomada monocraticamente pelo próprio ministro. Estes casos deverão ser julgados pelo colegiado.

Eventos e patrocínios

O projeto também proíbe a participação de ministros em eventos organizados por grupo que tenha interesse financeiro no “desfecho de caso que esteja em tramitação ou que provavelmente será apreciado em futuro próximo”.

Nos últimos três anos, seis integrantes do STF participaram de eventos patrocinados pelo Banco Master.

Litígio

A proposta também impede ministros de receberem remuneração ou benefícios ou de aceitarem “patrocínios, subsídios ou financiamentos” de partes interessadas em litígio que esteja na corte. Também determina que os ganhos com atividades extrajudiciais terão que ser declarados ao STF.

Declaração

Pelo projeto, ministros terão que preencherem declaração que incluirá sociedade em empresas, remunerações extras, relações pessoais ou familiares capazes de gerar conflitos de interesses e “investimentos e propriedades que possam comprometer a aparência de imparcialidade”. O documento será público.

Ex-ministros

O projeto também afeta ex-ministros. Estes seriam permanentemente impedidos de atuarem em processos no tribunal e supervisionar advogados que litigam no STF. Após sua saída da corte, ainda ficariam três anos proibidos de produzirem pareceres ou consultorias relacionados a casos por ele julgados.

Togas

Para Alencar, a proposta valoriza o STF, que, afirma, fica desgastado cada vez que um ministro pega carona em jatinho particular. Segundo ele, o STF, como guardião e intérprete da Constituição, não pode ficar encastelado. As togas, ressalta, não têm que ser encaradas como um resquício de regimes monárquicos.

Sem sigilo

De acordo com o deputado do Psol, a suposta interferência indevida do ministro Alexandre de Moraes no caso do Banco Master precisa ser investigada. Ele critica também o sigilo imposto pelo ministro Dias Toffoli ao processo que trata de fraudes cometidas pelo banco. “Este sigilo não pode ser eterno”, prega.

Agenda

Ele também não concorda com o fato de o ministro Moraes não publicar sua agenda. Isso impossibilita a confirmação de suas reuniões com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo. Este publica seus compromissos, mas, como a coluna mostrou, não registrou qualquer conversa com o ministro.

Reprodução Instagram/Jair Bolsonaro



Esta é a oitava cirurgia de Bolsonaro, desde a facada em 2018

Após cirurgia, Bolsonaro está internado com seguranças

Médicos avaliam novo procedimento para conter soluços

Por Beatriz Matos

O ex-presidente Jair Bolsonaro passou, nesta quinta-feira (25), por uma cirurgia para correção de uma hérnia inguinal bilateral que transcorreu sem intercorrências e dentro do previsto, segundo a equipe médica. O procedimento, que durou cerca de três horas e meia, foi realizado no Hospital DF Star, em Brasília. Apesar da boa evolução no pós-operatório imediato, os médicos avaliam a necessidade de um novo procedimento nos próximos dias para tratar os soluços persistentes apresentados pelo ex-presidente.

A cirurgia foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, relator do processo no qual Bolsonaro foi condenado. A decisão foi tomada após análise de laudo médico oficial, que apontou a necessidade da intervenção, embora sem caráter emergencial. O ex-presidente permanece internado sob acompanhamento clínico, com foco em analgesia, fisioterapia motora e prevenção de trombose venosa.

Procedimento

Segundo o cirurgião responsável, Cláudio Birolini, Bolsonaro apresentava uma hérnia inguinal bilateral do tipo mista — direta e indireta — nas duas regiões da virilha. Durante a cirurgia, foi realizado o reforço da parede abdominal com a colocação de uma tela sintética para corrigir as falhas musculares. A equipe médica informou que

o tempo estimado de recuperação varia entre cinco e sete dias, a depender da resposta clínica do paciente.

Soluços

Além da recuperação da cirurgia, os médicos acompanham o quadro de soluços persistentes relatado por Bolsonaro, uma das principais queixas de saúde do ex-presidente nos últimos meses. A conduta adotada neste momento é a otimização do tratamento clínico, com ajustes na medicação e na dieta.

Os profissionais avaliam que os soluços podem estar associados a alterações no sistema digestivo, como esofagite severa, gastrite e refluxo gastroesofágico. Caso não haja resposta satisfatória ao tratamento medicamentoso, poderá ser indicado um bloqueio do nervo frênico, procedimento feito com anestesia local e indicado apenas quando os soluços não respondem às abordagens convencionais e causam impacto clínico relevante. A necessidade será reavaliada nos próximos dias.

As visitas estão autorizadas apenas para a esposa, Michelle Bolsonaro, e para os filhos do ex-presidente. Qualquer outra visita depende de autorização judicial.

Durante o período da cirurgia, apoiadores do ex-presidente realizaram uma vigília em frente ao hospital, com orações, cânticos religiosos e a exibição de bandeiras do Brasil e de Israel. Nas redes sociais, Michelle Bolsonaro informou que o procedimento havia sido concluído com sucesso e sem intercorrências.